

## **A participação enquanto instrumento de planejamento e fortalecimento dos assentamentos de reforma agrária.**

***Autora: Alessandra Valéria da Silva***

Este trabalho tem como finalidade contextualizar o momento atual, apontando a situação da Política Nacional de Reforma Agrária dentro desta condição de mudanças paradigmáticas que exigem alterações estruturais nas instituições, e que é um momento de extrema turbulência vivido por elas.

O desenvolvimento da idéia central que é a mudança na concepção de formulação de políticas públicas, deixando a maneira tecnocrática e centralizadora de formular políticas e programas por uma iniciativa conjunta do poder público a nível local, sendo este municipal ou comunitário, realizando um processo inverso ao atual de planejamento, partindo “de baixo para cima” chegando a nível federal com a compatibilização das demandas locais com a estadual e regional para a formulação de Políticas e Programas Nacionais.

A principal característica dos processos de gestão estatal é a incapacidade de reconhecer os fatores sociais e de visualizar as pessoas como seres que contribuem para o seu próprio desenvolvimento.

No contexto político de pressões por parte dos movimentos sociais, da sociedade, do próprio governo, cada um com seus próprios interesses em jogo, é que vem se baseando todas as mudanças estruturais do segmento governamental responsável por tratar a reforma agrária, que passa a ser vista como um segmento da agricultura familiar, com o novo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é a pasta criada por FHC para abarcar toda a questão agrícola, agrária e social da agricultura familiar.

Quando tratamos especificamente das políticas públicas dirigidas ao meio rural, existe um outro componente que merece uma análise, já que estas são sempre elaboradas com um viés setorial, como por exemplo, a Política Nacional de Reforma Agrária que viabiliza o acesso a terra, mas não garante acesso ao crédito, assistência técnica e mecanismos de comercialização para todos os seus beneficiários, contribuindo pouco para o fortalecimento sócio-econômico e para a melhoria do padrão de vida da comunidade que é por ela formada, o assentamento.

O tópico seguinte do trabalho vem tratando a questão da participação popular e do planejamento participativo, conceituando-os e fazendo alguns apontamentos acerca dos entraves e possibilidades de progresso destes instrumentos de gestão. Mostra que vêm

sendo criadas novas estruturas organizacionais e novos instrumentos de gestão na tentativa de reduzir os custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, por meio da participação de diversos atores envolvidos no processo.

Em se pensando na Reforma Agrária enquanto uma Política Social de grande impacto, o que se comprova com a amplitude de seus números, com aproximadamente dezoito milhões de ha de área reformadas, e 480 mil famílias assentadas participando do programa, somente no governo Fernando Henrique, segundo dados do INCRA. A pergunta é: como se está planejando o desenvolvimento dessas novas comunidades dentro do espaço local em que elas vêm acontecendo, quem participa do processo?

O crescente consenso entre as pessoas dedicadas a refletir sobre o desenvolvimento reside em aceitar que “as pessoas são, e devem ser, o ponto de partida, o centro e o propósito final de cada intervenção tendente ao desenvolvimento”. Chegamos então à parte que talvez gere mais controvérsias, por trabalhar a questão subjetiva na busca do Desenvolvimento Sustentável, assunto pouco explorado cientificamente o que gera dificuldades de embasamento teórico e análise científica. O tema foi tratado com a única pretensão de considerar a questão e demonstrar o interesse e a importância relativa do assunto quando tratamos de desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

### Referência bibliográfica

- **BORDENAVE**, Juan E. Diaz. O que é participação. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- **BORSOTTI**, Carlos A. La teoria sociológica y la planificación social diferentes paradigmas y sus consecuencias. Artigo do Seminario sobre “Estructura política y políticas de población”, Santiago do Chile, 1975
- **BUARQUE**, Sérgio C.. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Brasília, 1999.
- **BURSZTYN**, Marcel. Para pensar o Desenvolvimento Sustentável. Brasília; Ed. Brasiliense, 1993.
- **FREIRE**, Paulo et al. Vivendo e aprendendo: experiências do Idac em educação popular. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.
- **FURTADO**, Ribamar; Furtado, Eliane. A Intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Brasília, 2000.
- **JARÁ**, Carlos J.. Repensando o desenvolvimento comunitário: o essencial nem sempre é visível. Apostila de curso realizado pelo IICA para o PRÓ-RURAL- PE, trabalho não publicado.
- **JARÁ**, Carlos Júlio. A sustentabilidade do desenvolvimento local, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) : Brasília, Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan : Recife, 1998.
- **KLIKSBERG**, Bernardo. Pobreza: uma questão inadiável; novas propostas a nível mundial. Tradução de Cláudia Schilling. Brasília : ENAP, 1994. Cap. III – Participação Comunitária: Possibilidades e Limitações, pg. 267 a 288.
- **LEITE**, Pedro Sisnado *et alii*(org). Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Paralelo 15 – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, MDA,2000.
- **LIMA**, Adriana Oliveira. Alfabetização de jovens e adultos e a reconstrução da escola. Petrópolis,RJ: Vozes,1991.
- **NUÑEZ**, Hurtado Carlos. Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1992.
- **SANTOS**, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós contratualismo. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1999.
- **SANTOS**, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós modernidade. São Paulo: Ed. Cortez,1997. Cap.5 – O Estado e os modos de produção de poder social.
- **SILVA**, Graziano José da; Campanhola, Clayton – Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local. Artigo disponível na internet em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), publicações.